

A Psicanálise e a Psicologia na universidade francesa: relação de conflitos e de mútuos interesses

Fernando Aguiar

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

Retoma-se, neste artigo, trabalhos de autores que testemunharam o desfecho da singular conjunção ocorrida na França entre a Psicanálise e a Psicologia pela via da Psicologia Clínica. Nascida em 1945, a experiência da “unidade da Psicologia” tornou-se alvo, sobretudo a partir dos anos sessenta, de discussões críticas que ainda se prolongam em seus desdobramentos históricos, tornando-se como tal emblemática dos impasses e das questões (metodológicas, epistemológicas, institucionais, administrativas) que giram em torno da prática universitária da Psicanálise nos departamentos ou escolas de Psicologia.

Palavras-chave: Psicologia Clínica, Psicanálise, Universidade

Abstract

Psychoanalysis and psychology in French university: Relationship between conflicts and reciprocal interests

This paper retakes the written articles of authors that have testified the unravelment of the unique conjunction that took place in France between psychoanalysis and psychology through clinical psychology. Born in 1945, the experience so called “psychology unit” becomes a target, mainly from the 1960’s on, of critical discussions that still linger in their historical breakdown. Thus, it is emblematic of its issues and questions (methodological, epistemological, institutional, administrative) that focus on the academic practice of psychoanalysis at Schools of Psychology.

Key words: Clinical psychology, Psychoanalysis, University

“... não espere ouvir agora a boa nova de que o combate pela psicanálise chegou ao fim e terminou por seu reconhecimento como ciência, por sua admissão como matéria de ensino na *universidade*” (Freud, 1933)

No segundo semestre de 1979, na *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, Anzieu publica um longo artigo de nome preciso e instigante: “*La psychanalyse au service de la psychologie*”. Entre as credenciais do autor, destacam-se sua participação ativa na institucionalização da profissão de psicólogo e longa experiência como professor no reduto mesmo da “Psicologia Clínica institucionalizada” (Sorbonne), onde integrou o grupo por ele próprio chamado de “psicólogos psicanalistas”. Com

propriedade e através de primorosa revisão histórica, examina as (inúmeras) conseqüências do fato de ter sido “a psicologia um dos canais que favoreceram o desenvolvimento da psicanálise na França” (p. 73).

Uma década adiante, Prévost (1988) considera o artigo do colega provocador no título mas, ainda assim, reservado no fundo: podia ser lido não “*au service*” mas “*au secours*” da Psicologia. “Entretanto, Didier Anzieu, que certamente contribuiu com a psicologia dos pequenos grupos para o benefício da psicanálise, sempre defendeu, notadamente nas instâncias oficiais, a autonomia da psicologia e, particularmente, da psicologia clínica” (p. 91).

Em artigo anterior (Aguiar, 2000), manifestei a intenção de confrontar escritos de autores que testemunharam e

refletiram sobre a singular convergência de interesses entre a Psicanálise e a Psicologia na universidade francesa¹. Esta associação, tecida por Lagache a partir de 1945, e no cerne do projeto mais amplo que visava promover a unidade metodológica da ciência psicológica, com o passar do tempo tornou-se alvo de críticas que ainda se prolongam nos desdobramentos históricos do “ideal unitário”. Contudo, se questionado, mesmo arquivado o projeto lagachiano, é certo que ainda persiste o “socorro” mútuo que se prestam ambas as disciplinas em cada sítio universitário onde a Psicanálise se faz presente, de forma velada ou não, pelo viés da Psicologia Clínica.

As leituras desses escritos suscitaram interrogações. Por exemplo: teriam Huber (1987, 1993) e Prévost (1988) razão quando denunciam os “malefícios” (teóricos, institucionais, administrativos) causados pela Psicanálise à Psicologia Clínica francesa? O que resultou do risco de uma “psicanalização generalizada”, a que, em 1979, Anzieu creditava os impasses e variados conflitos de identidade entre os estudantes de Psicologia? Teriam sido vãs ou, ao contrário, devidamente assimiladas e ultrapassadas as discussões que de parte a parte tendiam a ressaltar as diferenças, sobretudo epistemológicas, entre a Psicologia, a Psicologia Clínica e a Psicanálise? Como se faz hoje essa convivência, e como esses acontecimentos repercutiram, influenciaram e se repetiram, de modo manifesto ou subliminar, para além de seu lugar de origem?

São questões algo localizadas, mas não destituídas de interesse extramuros: a experiência francesa é certamente paradigmática de um itinerário que começa sempre com a assimilação da Psicanálise pela universidade enquanto lugar de ensino e divulgação (tal como pretendia Freud), até firmar-se como objeto e instrumento de pesquisa, tal como vem ocorrendo no Brasil com a implantação sistemática dos cursos de pós-graduação na década de 1980. Em uma palavra, a recuperação da experiência francesa interessa aos debates tão recorrentes quanto necessários – entre nós, com mais ênfase, depois de 1991² – que (re)tomam a prática universitária da Psicanálise como objeto de reflexão crítica.

Das posições ideológicas em jogo

A partir de outubro de 1968, a implantação da Psicanálise na universidade francesa reorganiza-se em duas experiências. De um lado, inaugurada e nos primeiros tempos sustentada por Leclaire, tem-se a via de Paris VIII, que percorre um caminho original ao pretender um espaço universitário reservado aos psicanalistas e o mais afastado possível da Psicologia.

De outro, tem-se Paris VII, que carrega consigo a herança da antiga Sorbonne, onde, entre 1945 e 1968, “a psicanálise acha-se presente na via aberta por Lagache, [...] ensinada sob o rótulo de psicologia e segundo uma

tradição mais janetiana que freudiana” (Roudinesco, 1986, p. 552). São os alunos universitários de Lagache que, ascendendo com o passar do tempo aos postos-chave da administração, sustentam uma fictícia unidade da Psicologia – nos bastidores, os experimentalistas e os partidários da Psicologia Social travam “uma batalha ferrenha contra a psicologia clínica, que continua a não existir” (Roudinesco, 1986, p. 552). O projeto lagachiano começa de fato a desmoronar com a agitação de Maio de 1968 e a conseqüente dissolução das estruturas universitárias até então existentes. Poucados, os professores devem agora reunir-se em torno de um projeto pedagógico e constituir as *Unités d'enseignement et de recherche* (UER).

Aproveitando-se da eferescência reinante, Favez-Boutonier – desde 1955, sucessora de Lagache na cadeira de Psicologia patológica –, e seus assistentes Férida e Gagey, psicólogos psicanalistas, defendem uma UER de psicologia clínica. Prévost, puro psicólogo clínico janetiano, propõe batizá-la com o nome de “Antropologia”. Nesse ínterim, surge a demanda de um segundo grupo, de “tendência mais rodergeriana”, que pretende uma UER de Psicologia Clínica Social. Salomonicamente, o Ministério concede a UER Ciências Humanas Clínicas, que ao fim e ao cabo decide agregar-se à Paris VII: “A palavra ‘psicanálise’ não figura em seu programa, mas um ensino da clínica freudiana é prevista sob a bandeira da famosa psicologia clínica” (Roudinesco, 1986, pp. 554-555).

Os conflitos que explodem na seqüência da convivência forçada pelas instâncias superiores manifestam-se, primeiro, na distribuição de cargos, depois, na criação em Paris V de duas UER: uma, denominada “Instituto de Psicologia” – que “se [ocupa] essencialmente de formação prática e [acolhe] estudantes com diploma de mestrado [psicologia do trabalho, ergonomia e patologia]”. Quanto a outra, nomeada simplesmente “Psicologia” – “... de inspiração experimentalista, não difunde nenhum ensino sério de psicanálise” (Roudinesco, 1986, p. 555).

Segundo Huber (1993), já em 1973 “a psicologia clínica e a idéia da unidade metodológica tinham virado poeira [s’*étaient effritées*]” (p. 287). Ele se apoia em Reuchlin (1972-1973), para quem “o postulado fundamental da psicologia do verificável e os critérios que decorrem disso devem fundar uma psicologia clínica” (p. 550). Na mesma publicação, Gagey (1972-1973) entende que a epistemologia que se buscava então não era a unidade da Psicologia, mas uma *démarche* clínica que ia além das relações duais como lugar propício de interpretação: os microgrupos, as instituições, os meios culturais mais ou menos vastos se prestavam à intervenção clínica, o que justificaria falar em Ciências Humanas Clínicas.

Roudinesco (1986) historia que a UER em questão, apesar das dificuldades e divergências, sobrevive e di-

funde seu ensino a centenas de estudantes: “Os psicanalistas se prendem ao Édipo enquanto que os partidários da psicologia social se ocupam dos ‘papéis’. Todos fazem grupos: uns fazem ‘grupos sem tarefa’, outros ‘grupos com tarefa’” (p. 555). A *boutade*, que se beneficia do recuo histórico, faz referência ao que Anzieu (1979) chama de “psicanálise aplicada”³: na França, os psicólogos psicanalistas e alguns psicanalistas médicos teriam desenvolvido “não aplicações intelectuais ou livrescas, mas práticas sociais novas, nas quais a psicanálise fornece a técnica, a conceituação, a deontologia, onde o inconsciente se manifesta sob formas particulares que é preciso elaborar” (p. 68). Considera ainda algo novo o trabalho psicanalítico em equipe, requerido para as intervenções concretas do psicanalista: conduta dos grupos, a formação dos adultos, a vida cotidiana nas instituições e, soa hoje nostálgico, a expressão corporal. (Entre nós, com os psicanalistas argentinos e no enquadramento de seus cursos sobre “grupo operativo”, estudávamos justamente *Le Groupe et l'inconscient. L'imaginaire groupal e La dynamique des groupes restreints*, de Anzieu.)

Pelo menos até 1976, esta parece ser a tendência que predomina em Paris, como se pode depreender do relatório de Revaut d’Allonnes (1977) publicado em *Psychanalyse à l'Université*. Em abril daquele ano, o Conselho Científico da U.E.R. Ciências Humanas Clínicas resolve dar à sua estrutura de 3º Ciclo “uma vocação de recensão crítica das práticas clínicas que se reclamavam da psicanálise” (p. 733). Quando de sua criação em 1970, o “Instituto de formação de psicólogos clínicos” (I.F.P.C.) tivera como objetivo formar os que iniciavam atividades nas instituições públicas ou privadas. Seis anos depois, o I.F.P.C. era também freqüentado por praticantes (*praticiens*) já experimentados em clínica psicológica e psicoterapêutica, mas interessados em submeter sua prática a uma atividade crítica.

Impunham-se duas vias de entrada: uma para os estudantes já com formação psicológica (D.E.S.S. e mestrado); a outra, para os portadores ou não de diplomas universitários. Os estudos durariam dois anos, seis horas por semana (duas de grupo de supervisão e quatro de atividades pedagógicas), cada grupo de supervisão com atividades profissionais funcionando com o mesmo supervisor (*contrôleur*) e de maneira individual. Constituídos a partir de cinco questões da prática psicoterapêutica, os seguintes programas pedagógicos (de dois anos) eram oferecidos: 1. Abordagem crítica dos fundamentos teóricos da psicoterapia breve. 2. Problemática da psicossomática: formação caracterial e processo projetivo. 3. A psicoterapia em algumas situações de psicopatologia infantil (terapêuticas dos distúrbios da linguagem e modalidades psicoterapêuticas nos períodos críticos que atravessam a criança e o adolescente). 4. Prática de grupos. Reflexão teórica e metodológica sobre as

principais correntes do pensamento atual concernente aos grupos com intenção psicoterapêutica, de formação e de regulação. Enfim, 5. Os casos-limite. Questões técnicas da clínica psicoterapêutica. O referencial dos limites e as reavaliações atuais na teoria psicanalítica (Revaut d’Allonnes, 1977, p. 733). Impossível deixar de reconhecer a marca de uma época – aliás, em muitos aspectos, não inteiramente prescrita.

A formação de profissionais psi

Lagache afastara-se publicamente da Sorbonne em outubro de 1967, antes, portanto, dos acontecimentos que levaram à dissolução das antigas estruturas universitárias. Recusara “gerir sua sucessão segundo uma ótica psicanalítica” (Roudinesco, 1986, p. 553), favorecendo a candidatura de Henri Faure, janetiano hostil ao freudismo.

Sem espaço, já em 1964 Anzieu emigrara para a faculdade de Nanterre, “para ali realizar um ensino de inspiração mais psicanalítica” (p. 553). Por sua vez, em 1966, Favez-Boutonier consegue finalmente instalar um laboratório de Psicologia Clínica em anexo da Sorbonne; e, depois de abandonar a cadeira de Psicologia Geral, tenta criar um “certificado opcional de Psicologia Clínica”. Quanto ao certificado, Roudinesco (1986) considera que permanece uma ficção, “já que essa disciplina só existe na cabeça de seus partidários: ou a clínica é psicológica e deve desaparecer, ou é médica e deve ser ligada à medicina” (p. 554). Concretamente, registram-se ameaças da parte da Ordem dos Médicos, o que não impede Favez-Boutonier e a seus assistentes de aceitar as inscrições, numerosas, dos estudantes.

Enfim Laplanche, que, preterido em favor de Faure na sucessão de Lagache, percorre um itinerário diverso e bem-sucedido na seqüência de maio de 1968, da reforma universitária e da UER Ciências Humanas Clínicas – da qual foi o segundo presidente e em curta gestão. (Demissionário, é sucedido por Gagey, que permanece no cargo oito anos, até 1979, ano de publicação do artigo de Anzieu.) No semestre letivo de 1969-1970, Laplanche cria em Paris VII o Laboratório de Psicanálise e de Psicopatologia – a primeira vez em que, oficialmente, o nome “Psicanálise” é utilizado no quadro das unidades de ensino e de pesquisa.

O programa constituía-se de quatro eixos: psicopatologia psicanalítica, Psicanálise aplicada, teoria da Psicanálise, história da Psicanálise e da prática freudiana: “[o] próprio ensino consistia em ler e comentar a obra freudiana no sentido de uma ampla divulgação de sua conceituação original” (Roudinesco, 1986, p. 555)⁴. Uma descrição metodológica desse trabalho de leitura, “de beneditino”, do qual o *Vocabulário...*, é o resultado mais célebre, pode ser lida em “Interpretar (com) Freud do próprio Laplanche – como nos orienta Mezan (1994), que assim resume esse método: consistia em “aplatir (sic),

em achatar todo o relevo do texto, e tomar, assim como na sessão de análise, todos os elementos [a nota de rodapé, a grelha de impressão, a disposição gráfica do título etc.] do texto como tendo o mesmo valor” (p. 55).

Herdeiro de Lagache nas Presses Universitaires de France (PUF), Laplanche concebe em 1975, como diretor da coleção “Bibliothèque de Psychanalyse”, o periódico *Psychanalyse à l’Université*, onde publica, escreve mordazmente Roudinesco (1986), seu seminário e artigos de colaboradores próximos. (Equivocada, a historiadora lista, entre outros, Anzieu como um dos autores mais frequentes.⁵) De resto, o convívio da Psicanálise com a Psicologia permanece ainda difícil: “De um lado, o Laboratório representa sozinho a primeira, de outro, os professores de psicologia clínica difundem o freudismo pela via da psicologia” (p. 556).

Em maio de 1978, o Laboratório de Psicanálise e de Psicopatologia, contando então quatro anos de existência, promove uma reunião científica que mereceu registro em *Psychanalyse à l’Université*. Faz-se primeiro um balanço da “última década nos domínios da psiquiatria e da psicologia”. Aqui, dada a brevidade do artigo, ficarão de fora as discussões relativas à psiquiatria – de todo modo, o mérito da reunião teria sido mais o de levar em conta “a importância e a urgência de uma tomada em consideração global dos problemas colocados pelas profissões ‘psi’” (Mellor-Picaut, 1979, p. 359). Fora suscitada pelos artigos *Pour un institut des sciences humaines cliniques*, de Green e *Un institut des sciences humaines cliniques: réponse à André Green*, de Lebovici, respectivamente de 1976 e 1977.

Em seu curto artigo, Green (1976) propunha a criação de um instituto extra-universitário, destinado a formar especialistas em ciências humanas (não confundir com o já citado “Instituto de formação de psicólogos clínicos” - I.F.P.C, fundado em 1970), da mesma maneira que as *Grands Écoles* ou Institutos asseguravam a formação, via seleção, em um grande número de disciplinas (filosofia, letras clássicas e modernas, a história e a geografia, as matemáticas, a física, as ciências econômicas, políticas e sociais); pensa também no *Internat* para as profissões médicas. Evoca o número elevado de estudantes de Psicologia ou de Sociologia, que mais cedo ou mais tarde buscariam praticar uma ou outra forma de atividade clínica e terapêutica. Lembra que terapia tem relação com a medicina – o que dava margem aos médicos de limitar, mesmo de controlar essas atividades, inquietos de ver os psicólogos e sociólogos, sem formação médica e psiquiátrica suficiente, encarregarem-se de casos difíceis. Estes por sua vez, e reclamando da maneira autocrática como é exercido o poder médico, respondem com razão que a formação médica em nada contribui para o exercício da psicoterapia. Os psicólogos, em particular, denunciam

que os psiquiatras, sobrecarregados de tarefas clínicas, de ensino ou administrativas, são incapazes de assegurar as tarefas psicoterapêuticas.

Green propõe reunir no instituto profissões ligadas à saúde mental. Aos alunos seria assegurada uma tripla formação: biológica, psicológica e sociológica. “Assim, os psicólogos teriam a formação científica e clínica desejável, os sociólogos descobririam os problemas do indivíduo e os psiquiatras se abririam ao campo das ciências humanas” (p. 180). Desse ensino poderiam ainda se beneficiar administradores, juristas e criminólogos. A palavra de ordem era então a *interdisciplinaridade* – cita, como exemplo, a *licence*, o mestrado e doutorado em saúde mental (D.M.H., *Doctorate in mental health*) da Universidade da Califórnia (São Francisco), com duração total de cinco anos, onde essa solução era já uma realidade à maneira experimental. Como ninguém duvidava, afirma Green, que essa solução se generalizaria no futuro, resta-lhe perguntar e cobrar ao final desse artigo publicado originalmente e de maneira condensada no jornal *Le Monde*: “Será preciso esperar quinze a vinte anos para que os sectarismos compreendam que é do interesse de todos sucumbir diante do interesse geral? Senhor Ministro da Educação Nacional, Senhora Ministra da Saúde Pública, até quando será de urgência esperar?” (p. 181).

À intervenção de Green, seguiu-se a de Lebovici (1977), para quem apenas os portadores de diplomas universitários de base poderiam ter acesso aos institutos – que ele preferia chamar de “saúde mental”, para separá-los das unidades de ensino e de pesquisa de Ciências Médicas e Humanas. Os futuros clínicos ali receberiam uma formação psicoterápica nas diversas opções, da modificação do comportamento às mais variadas terapias de grupo: “... os métodos psicoterapêuticos atualmente praticados inspiram-se na psicanálise, mesmo que se intitulem ecléticos [...]. Os próprios tratamentos do comportamento poderiam se beneficiar da compreensão psicanalítica” (p. 539).

Introduz o problema da formação: o instituto certamente forneceria um ensino propedêutico da doutrina freudiana, de evolução e de suas aplicações, mas a formação analítica deveria ser assegurada por institutos especiais ligados às sociedades componentes... da Associação Psicanalítica Internacional (IPA, na sigla em inglês). Estes, insiste, são institutos extra-universitários, ainda que alguns de seus membros sejam professores que ensinam na universidade ou prestam serviços nos departamentos universitários de ajuda.

Reivindica uma aprendizagem condicionada à exigência de um trabalho de diagnóstico psicopatológico e à certa “experiência pessoal”. Retoma o aforismo segundo o qual a Psicanálise se transmite antes de ser ensinada, ou seja, através de um tratamento pessoal: “Mesmo se este empreendimento, que deve ser radical, dissimule-se

sob o nome de didática [...] e se desenvolva sob a proteção do terceiro institucional, [ele exige] contudo um contrato a dois [...] que retoma as tradições do companheirismo” (p. 539) – que não pertence às tradições universitárias. Pensava com isso retirar toda ambigüidade sobre a formação analítica. Seu arremate final: esta formação “não implicava que um candidato de um instituto de psicanálise não fosse também estudante do Instituto de saúde mental” (p. 539).

O balanço suscitado pelas contribuições de Green e Lebovici – devidamente relatado, como dito antes, por Mellor-Picaut (1979) em *Psychanalyse à l’Université* –, revelou a oportunidade de uma formação comum, ou ao menos de uma interdisciplinariedade situada ao fim dos estudos. No essencial, esta era “justificada pela existência de fato de um campo prático [*praxique*] comum no quadro do exercício dessas diversas profissões” (p. 360).

Lembrou-se da dificuldade em nomear o que era o objeto mesmo da discussão (“psiquiatra, psicólogo, psicossociólogo... e *last but not least* psicanalista”), o que acentuava a extrema reticência diante de toda colocação em causa de sua especificidade. Discutiui-se o sistema de seleção, gastou-se tempo em torno da natureza da formação médica e sobre o problema institucional colocado pelo florescimento (mesmo seu caráter inflacionário, conforme o aparte de Gagey) das profissões *psi*. Lamentou-se a breve menção à Psicanálise – de todo modo, foi reafirmado o caráter exterior, independente e específico da formação psicanalítica. Enfim, a delimitação e definição do campo, problemática, e mesmo sua nomeação (“Higiene Mental”, com conotação negativa, “Saúde Mental” ou “Psicopatologia”) suscitaram interrogações éticas quanto à legitimidade da intervenção *psi* para além do sofrimento mental e sobre a parte de poder que esta implicaria no seio da comunidade.

Louvou-se em particular a interdisciplinaridade: Laplanche lembra a utopia de uma abolição de distinções epistemológicas entre as ciências humanas (ou uma espécie de “universidade crítica das ciências do homem”). Utopia positiva, certamente, mas cujo resultado mostra a astúcia da história: a separação entre psiquiatria e neurologia (1967), de um lado, e o nascimento de um lugar para a Psicologia Clínica distinto da Psicologia Experimental, de outro, trouxe “como contragolpe negativo um reforço do poder psiquiátrico e um agravamento da clivagem no seio da própria psicologia” (Mellor-Picaut, 1979, p. 360).

No decurso dos debates sobre a destinação de um Instituto de Ciências Humanas Clínicas, Lebovici, ainda segundo o relato de Mellor-Picaut (1979), relaciona a questão da formação nesse instituto à questão do exercício de uma prática — preocupação partilhada por todos. Enten-

dem que toda e qualquer disciplina “fecha-se em seus lugares de pesquisa ou de exercício (anfiteatros ou hospitais) e não vão até onde estão as verdadeiras demandas (p. 362). Consideram que o desafio residia em definir, seja uma adequação entre a necessidade, a demanda e a resposta, seja o papel, a função e a responsabilidade de todos que intervêm no domínio da Saúde Mental. Um certo fracasso da pluridisciplinaridade (sic), ressaltado por Fédida⁶ e Lang, devia-se a que seu engajamento não se enquadrava às exigências práticas da Saúde Mental, e também à falta de articulação entre a intervenção psiquiátrica e a psicoterapêutica.

Quanto ao lugar da Psicanálise na formação dos profissionais “psi”, concordam com Green que a presença de psicanalistas em um Instituto de Ciências Humanas Clínicas não implicava que fizessem um trabalho de Psicanálise, mas antes que se adaptassem como analistas às situações e demandas, por exemplo, no caso de uma supervisão psicoterápica. Chegam mesmo a mencionar a idéia de que um tal instituto poderia de certo modo retomar o projeto ideal de Freud de um Instituto de Psicanálise, onde se ensinaria tanto a história das religiões como o folclore e a mitologia.

Da análise histórico-crítica de Anzieu

Ora, no ano seguinte à reunião do Laboratório de Psicanálise e Psicopatologia, Anzieu (1979) ainda é capaz de afirmar que “a unidade da psicologia (psicologia experimental e psicologia essencialmente psicanalítica) permanece a doutrina de base dos psicólogos franceses” (pp. 73-74) – logo, em franca contradição com Huber (1993) que, como vimos, decreta sua morte em 1972. Mas Anzieu tampouco deixa de testemunhar as contestações que se manifestaram periodicamente ao longo da década: a criação de uma UER Ciências Humanas Clínicas na Universidade Paris VII, o projeto de dois mestrados distintos, um de Psicologia fundamental (isto é, experimental), o outro de Psicologia aplicada (grandemente ocupada pela Psicologia Clínica e patológica), tudo isso seria índice de um antagonismo que se afirmava em duas vertentes.

Tratar-se-ia para alguns de livrar a Psicologia dita “científica” do fardo do inconsciente, limitando-a unicamente à objetividade mensurável do comportamento. Nessa linha, cita como exemplo o interesse crescente pelas terapias comportamentais e pelas teorias sistêmicas e cognitivas. Para os outros, seria o caso de “despsicologizar” a Psicanálise para que ela volte a ser “pura”, “recentrar o estudo do psiquismo, de seus níveis, de suas formas, sobre as relações do sujeito ao inconsciente; ensinar, anteriormente a toda aplicação, uma Psicanálise fundamental, cuja verdade é procurada num retorno perpétuo a Freud” (Anzieu, 1979, p. 74). Por essa via, denuncia sem citar Laplanche ou qualquer outro, que

o comentário de textos tendia a substituir, como “exercício formativo”, o contato clínico com o caso — caro, aliás, aos psicólogos psicanalistas ou psicólogos clínicos, como ele próprio. Assim, de passagem, revela o que lhe parece ser o ensino da Psicanálise na Academia: “um ensino teórico ou prática preparatória ou anexa a uma formação psicanalítica propriamente dita (psicanálise pessoal e tratamentos supervisionados), adquirida no exterior da Universidade” (p. 74). Observa, porém, que esse ensino provoca grande entusiasmo entre os estudantes de Psicologia, mesmo uma idealização da Psicanálise e “um desejo freqüentemente prematuro de se tornar, quando não para se estabelecer [*instaurer*], psicoterapeuta” (p. 74).

Denuncia a repetição dos princípios que acabam por se tornar fatos, preservando assim a boa consciência dos professores. E termina por descobrir que os estudantes de Psicologia encontram-se numa situação paradoxal. Esses estudantes, ao questionar se a Psicologia, tendo integrado o inconsciente tal como formulado pela Psicanálise, continua sendo uma Psicologia, são informados da impossibilidade de se qualificarem para o trabalho profissional enquanto psicanalistas mediante, apenas, um ensino formal da Psicanálise. (Sem falar que se costuma até mesmo questionar o valor propedêutico de todo ensino de Psicanálise para uma futura prática psicanalítica.)

Esses “estudantes de Psicologia entusiasmados pela Psicanálise” passam a olhar com descrédito não só a Psicologia Experimental mas também a Psicologia Social, e mesmo a clínica ordinária munida de testes e preocupada com diagnóstico. Recrutados como psicólogos, eles não podem mais sê-lo porque seria desconhecer o inconsciente. Em contrapartida, também não dispõem dos meios para reconhecer o inconsciente suficientemente em si mesmos — porque isso não seria nem possível nem desejável no enquadramento da instituição universitária. Como resultado, Anzieu apontava em 1979, a dificuldade de inserção social e a disputa de mercado com profissionais tais como psiquiatras, auxiliares médicos, reeducadores da palavra, pessoal da enfermaria. Profissionais que, aproveitando-se da falta de especificidade dos psicólogos e da possibilidade de terem igualmente acesso ao ensino da Psicanálise, acaba por lhes tomar o lugar numa prática psicoterápica de “inspiração psicanalítica” — institucional primeiro, depois privada⁷

Nosso autor culmina suas considerações perguntando, de um lado, se seria a anexação da Psicanálise pela Psicologia ou pelas ciências humanas “um bom negócio [affaire] para a Psicanálise” — “que se banaliza, em sua prática e em sua teoria, nisso que ela veicula igualmente de marginalidade e de subversão de todas as ordens em poder sobre a vida” (p. 75). De outro, se seria um “benefício para a Psicologia” — na medida em que certas práti-

cas ditas “psicoterapias de inspiração psicanalítica”, autorizadas por exemplo em certos casos limites, exigiam talvez maiores dificuldades de execução do que as “curas-tipo” psicanalíticas, para as quais apenas estão habilitados os psicanalistas propriamente ditos. Psicanalistas entre aspas (“porque as aspas tranquilizam”) e em processo de “despsicologização” pela influência lacaniana, os psicólogos tornam-se assim objeto de suspeição da parte de uns, que defendem a Psicologia dita “científica”, e de outros, que querem manter o privilégio médico.

A seu ver, essa situação expunha “a psicologia clínica a muitos dissabores e perigos, tanto de ordem administrativa quanto no nível de uma desvalorização da psicologia no seio da opinião pública” (p. 75). Depois do risco de uma psicologização da Psicanálise, Anzieu alertava, estaria em curso na França o risco de uma “psicanalização generalizada”. Afinal, constituindo o grosso dos psicólogos franceses, os psicólogos clínicos em sua maioria eram de formação analítica⁸.

A Psicanálise dentro da Universidade⁹: doutorado em Psicanálise

Em Paris VII, os conflitos ressurgem anos antes, e a propósito do *diplômes d'études approfondies* (DEA). Laplanche, pouco interessado em Psicologia Clínica, cria em 1974 seu próprio DEA, de “psicopatologia clínica e de psicanálise”, definindo-se por “uma política de núcleo rígido (*noyau dur*) e de descentramento da psicanálise no interior da pluridisciplinaridade” (Roudinesco, 1986, p. 556). Trata-se de sua noção de “extraterritorialidade da psicanálise” (*extraterritorialité de la psychanalyse*), segundo a qual a Psicanálise não deve estar no centro de uma formação: no caso da universidade, o ensino do freudismo deve ser exterior aos outros domínios. Posição contrária portanto ao ponto de vista dos psicólogos-psicanalistas, como Gagey ou Anzieu, por exemplo, cujo trabalho, louvável pela aplicação da clínica freudiana em práticas sociais novas, difunde porém o freudismo sob a bandeira da Psicologia Clínica.

O DEA de Psicopatologia Clínica e de Psicanálise dirigido por Laplanche propunha um ano de preparação, não tinha nenhum valor profissional e constituía a primeira etapa do doutorado de 3º ciclo. Em outras palavras, não se tratava de um diploma profissional, e não conferia nenhuma capacitação ao exercício profissional do psicólogo ou do psicanalista. E, como doutor de 3º ciclo, poder-se-ia apenas postular uma carreira de ensino e pesquisa.

Em 1980, os conflitos transcendem o espaço universitário: faz-se necessário esclarecer questões relativas à formação, habilitação e competências dos doutores em Psicanálise. Naquele ano, o presidente em exercício da S.P.P. (*Société Psychanalytique de Paris*, primeira sociedade francesa de Psicanálise e porta-voz da ortodoxia

psicanalítica, da qual, aliás, Lebovici era membro atuante), escreve a Laplanche manifestando inquietude quanto ao emprego do termo “doutorado” (Roudinesco, 1986, p. 556). Tratava-se do doutorado de 3º ciclo em Psicanálise (agora com título modificado e unívoco), atacado de fato pelo conjunto das sociedades psicanalíticas.

Em sua resposta, Laplanche (1980) lembra que pela primeira vez a Psicanálise, tanto sob seus aspectos teóricos como clínicos e aplicados, “era reconhecida na Universidade como um domínio autônomo, marcando sua unidade e sua especificidade sob a vista de uma psicologia com fronteiras indistintas e conteúdos disparates, para não dizer divergentes e contraditórios” (p. 5). Do lado de certos analistas praticantes, reconhecia ele, havia os que se chocavam ou os que se escandalizavam, com receio de que os “doutores em psicanálise” viessem a utilizar seus títulos para recrutar pacientes... como se “os que se põem a praticar uma ‘psicanálise’ sem fê nem lei fossem se dar ao trabalho de fazer um doutorado longo e difícil” (p. 6). Argumenta que o título de doutor em medicina era a única exceção à tradição universitária francesa e internacional, segundo a qual um trabalho de pesquisa (a tese) é sancionado sem implicar necessariamente na qualificação de um ofício – que é reservada aos DESS (Diplômes d’Etudes Supérieures Spécialisées). Para Laplanche, um DESS em Psicanálise seria uma impostura, e ele seria o primeiro a denunciá-la — em outros termos, **a Psicanálise como profissão não se ensina na Universidade**.

A discussão, que divide o meio psicanalítico, volta-se assim para a formação e a habilitação para a prática da análise. Duas posições pareciam afirmar-se: uma que estimava ter a instituição analítica (seja ela lacaniana ou vinculada à IPA) vocação não somente para garantir mas para organizar e gerir do princípio ao fim a formação analítica, e por consequência integrar a análise pessoal do candidato; outra, que avaliava ser uma perda para a análise quando aceita impor-se um fim, mesmo o de formar um futuro analista. Para Laplanche (1980), que se coloca resolutamente ao lado da segunda posição, o analista nasce e se desenvolve apenas na marginalidade e na ruptura e não se pode garantir senão preservando todo um *jeu d’extraterritorialités*: marginalidade da cura em relação às instâncias da “vida cotidiana”, marginalidade da análise pessoal em relação aos requisitos e *inquisits* [sic] das sociedades de analistas, marginalidade do exercício da análise em relação às profissões reconhecidas (médico ou psicólogo), marginalidade das instituições analíticas em relação às instituições e aos reconhecimentos oficiais, etc. “Como analistas, como pesquisadores e como universitários, afirmamos assim que a experiência analítica constitui um campo epistemológico específico e autônomo, que não poderia ser a *chasse gardée* de um indivíduo ou de uma

instituição” (p. 8). Com a noção de extraterritorialidade, Laplanche, como professor universitário de Psicanálise num Departamento de Psicologia, certamente não se encontra neste lugar – descrito dez anos depois por Guillaumin (1990), psicólogo psicanalista – “que confronta e obriga a cruzar duas funções [tão] substancialmente diferentes em seus princípios” (p. 1193).

Psicologia, Psicologia Clínica, Psicanálise

Em 1983, Gagey, Gori e Miollan dão por adquirido o termo “Psicologia Clínica”. Curiosamente, Huber jamais citou esse artigo em seus manuais de Psicologia Clínica – não o conhecia ou com ele não estava de acordo? Enquanto os primeiros parecem testemunhar o fim do processo que remonta a 1945, o segundo ainda insiste, em 1993, que “a psicologia clínica francesa [deve libertar-se] de sua fixação na psicanálise, [abandonar] suas querelas locais e [retomar] o diálogo com a comunidade científica internacional” (p. 11). Trata-se sem dúvida de uma tardia e estratégica retirada de campo: num país tanto tempo refratário a Freud, aproximar demasiadamente a Psicologia Clínica da Psicanálise sempre redundou em despertar susceptibilidades, seja do mundo médico, seja das próprias sociedades psicanalíticas (Gagey, Gori & Miollan, 1983).

Os professores franceses (o primeiro de Paris VII e os dois últimos de Paris III) entendem que a Psicologia como um todo apresentava então saberes disparates e referências epistêmicas heterogêneas, reunidos num curso universitário por decisão administrativa e cujos produtos são os “psicólogos”. Dentre esses, aqueles que são conduzidos por suas atividades a “ajudar” os pacientes (ou a querer fazê-lo), mais do que a “manipulá-los”, dizem-se psicólogos clínicos.

Argumentam que a suposta especificidade da Psicologia Clínica comportaria no entanto grandes zonas partilhadas com a medicina, a pedagogia, as profissões sociais... e a Psicanálise. Seria uma “disciplina programática”, que tem como objetivo tornar científica a prática dos chamados “psicólogos clínicos”, fornecendo-lhe uma base própria no seio ou à margem do campo geral da Psicologia e/ou da Psicanálise. Nem a Psicologia existe como um continente sereno, nem a Psicanálise se constrói sem com ela manter alguma relação (“conflituosa mas não demoníaca”), nem a interrogação clínica é privativa de alguns: “Psicologia clínica, psicologia, psicanálise, esses três termos surgem como um conjunto multifacetado, que se esforçam por se diferenciar claramente em extratos consistentes” — mesmo se cada um busca definir-se “dando-se para isso, dos outros pólos virtuais, uma representação *ad hoc*” (p. 307).

Ora, em seu artigo de 1913, vê-se que Freud (1980) distingue o interesse da Psicanálise para a Psicologia – dedicando-lhe toda a primeira parte do texto – do interes-

se para outras ciências. Ou seja, trata-se de uma **relação prioritária** que é também ambígua, na medida em que a Psicanálise toma de empréstimo a linguagem da Psicologia para subvertê-la (como no caso dos sonhos, da sexualidade, etc.), ou para lhe dar uma extensão maior ao incluir os processos inconscientes.

Tem-se assim a questão que remonta ao fundador da Psicanálise, e aqui formulada parafraseando o texto de Gagey et al. (1983): o “inédito” (o inconsciente) freudiano não esteve desde sempre mais ou menos em conflito com as ciências de um modo geral? Se for o caso, resta ainda saber se a Psicanálise não teria como destino concreto o de estar sempre em conflito com as outras disciplinas e em particular... com a Psicologia, com quem mantém uma inquietante familiaridade.

Soaria quase pretensioso não fosse o fato de que, sob essa condição, filósofos tão importantes quanto diversos, muitos deles críticos, de Wittgenstein a Popper, passando por Sartre, Ricoeur e tantos outros, tenham privilegiado em suas reflexões e demonstrações, com mais ou menos empenho, mais ou menos conflito e mais ou menos resistência, a invenção freudiana. Também não deve ser por acaso que, na universidade brasileira, mais de uma década de produção continuada e crescente (teses, dissertações, artigos etc.), pareça ainda longe o tempo em que, ao exercício da Psicanálise (que conta um século de existência), se dispense o mesmo grau de legitimidade desfrutado pelas chamadas “ciências duras” – embora aqui, a bem da verdade, ela compartilhe dos mesmos preconceitos que atingem igualmente as áreas do conhecimento que não fazem uso de experimentos (Birman, 1994). Enfim, não se deve minimizar o fato de que a idéia de “unidade da Psicologia”, em particular a conjunção desta com a Psicanálise, para propor um modelo de Psicologia Clínica e derivar um método clínico, continue a assombrar – a favor, pela assimilação, contra, pela exclusão – o imaginário de uns e outros, cada um a seu modo, nos departamentos ou escolas de Psicologia de todos os lugares. Faces diversas da mesma moeda, e todas a demandar de parte a parte um longo e paciente exercício de alteridade.

A “boa nova” de que fala Freud na epígrafe acima ainda está por vir. Mas pode ser que não venha nunca, e o destino da Psicanálise se assemelhe ao de Prometeu – que ousou roubar o fogo dos deuses em benefício dos homens, atraindo com isso a fúria e a retaliação dos que se julgavam seus únicos proprietários. Talvez mesmo, como escreve Freud (1966) a seu “duplo”, Arthur Schnitzler, em 1922, “... a psicanálise não [seja] um meio de se fazer amar”(p. 370).

Referências

Aguiar, F. (2000). Psicanálise e Universidade: das relações entre a Psicologia Clínica e a Psicanálise na França. *Estudos de Psicologia*, 5, 215-241.

- Anzieu, D. (1979). La psychanalyse au service de la psychologie. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, 20, 59-75.
- Berlinck, M. T., & Seincman, M. (1997). Férida. *Psicanálise e Universidade*, 6, 57-61.
- Birman, J. (1994). A clínica na pesquisa psicanalítica. *Psicanálise e Universidade*, 2, 7-37.
- Freud, S. (1966). *Correspondance (1873-1939)*. Paris: Gallimard.
- Freud, S. (1980). *L'intérêt de la psychanalyse* (1913). Paris: Retz..
- Freud, S. (1984). L'intérêt de la psychanalyse. In *Résultats, idées, problèmes I (1890-1920)* (pp. 187-214). Paris: PUF.
- Freud, S. (1996). Faut-il enseigner la psychanalyse à l'Université? (1919). In *Œuvres complètes* (vol. XV, pp. 109-104). Paris: PUF.
- Gagey, J. (1972-1973). Sur la spécificité et le champ de la psychologie clinique. *Bulletin de Psychologie*, 26, 922-924.
- Gagey, J., Gory, R., & Miolan, Cl. (1983). Psychologie clinique et psychanalyse: d'une inquiétante familiarité. *Psychanalyse à l'Université*, 8(30), 305-314.
- Garcia-Roza, L. A. (1994). Pesquisa do tipo teórico. *Psicanálise e Universidade*, 1, 9-32.
- Green, A. (1976). Pour un institut des sciences humaines cliniques. *Psychanalyse à l'Université*, 2(2), 177-180.
- Guillaumin, J. (1990). Altération culturelle de la pensée psychanalytique par le discours universitaire? *Revue Française de Psychanalyse*, V(LIV), 1186-1203.
- Huber, W. (1987). *La psychologie clinique aujourd'hui*. Bruxelles: Pierre Mardaga.
- Huber, W. (1993). *L'homme psychopathologique et la psychologie et psychologie clinique*. Paris: PUF.
- Laplanche, J. (1980). Un doctorat en psychanalyse. *Psychanalyse à l'Université*, 6(21), 5-8.
- Lebovici, S. (1977). Un institut des sciences humaines cliniques: réponse à André Green. *Psychanalyse à l'Université*, 2(7), 537-539.
- Mellor-Picaut, S. (1979). Un institut supérieur expérimental des sciences humaines? *Psychanalyse à l'Université*, 4(14), 359-365.
- Mezan, R. (1994). Pesquisa teórica em psicanálise. *Psicanálise e Universidade*, 2, 51-75.
- Mezan, R. (1999). *Psicanálise e Pós-graduação: notas, exemplos, reflexões*. Manuscrito não-publicado.
- Prévost, Cl.-M. (1988). *La psychologie clinique*. Paris: PUF.
- Reuchlin, M. (1972-1973). Clinique et vérification. *Bulletin de Psychologie*, 26, 550-663.
- Revat d'Allonnes, C. (1977). Institut de formation de psychologues cliniciens. *Psychanalyse à l'Université*, 2(8), 733-734.
- Roudinesco, E. (1986). *La bataille de cent ans. Histoire de la psychanalyse en France II (1925-1985)*. Paris: Seuil.
- Roudinesco, E. (2000). *Por que a psicanálise?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Texto original publicado em 1999).

Bibliografia ampliada¹⁰

- Anzieu, D. (1969-1970). Le psychodrame analytique collectif et la formation clinique des étudiants em psychologie. *Bulletin de Psychologie*, XXIII (13-16), 908-914.
- Anzieu, D. (1988). Lecture des Œuvres de Daniel Lagache. *Psychanalyse à l'Université*, 13(49), 147-152.
- Brès, Y., Feuquières F., Tran Van Khai, M., & Vichyn B. (1978). L'enseignement de la psychanalyse : enseignement professionnel et enseignement universitaire. *Psychanalyse à l'Université*, 4(13), 133-160.
- Enriquez, M. (1979). On forme un analyste”. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, 20, 261-288.

- Favez-Boutonier, J. (1959). *La psychologie clinique. Objet, méthode, problèmes* (I-II). Paris: CDU.
- Gagey, J. (1972-1973). Sur la spécificité et le champ de la psychologie clinique. *Bulletin de Psychologie*, 26, 922-924.
- Gagey, J. (1980). Psychologie clinique. *Encyclopédie Médico-Chirurgicale, Psychiatrie*, 37032 A 10, 1-8. Paris: Techniques.
- Gagey, J. (1981). Le psychologue et la psychologie. *Informations Sociales*, 5, 35-38, Paris: C.N.A.F.
- Gagey, J. (1976). La scientificité de la clinique. *Psychanalyse à l'Université*, 1(1), 75-96.
- Gagey, J. (1976). La scientificité de la clinique. *Psychanalyse à l'Université*, 5, 5-17.
- Gagey, J. (1983). Sur la formation du psychologue clinique. *Psychanalyse à l'Université*, 8(30), 149-151.
- Huber, W., Piron, H., & Vergote, A. (s.d.). *La psychanalyse, science de l'homme*. Bruxelles: Charles Dessart.
- Lagache, D. (1949). *L'Unité de la psychologie Psychologie expérimentale et Psychologie clinique*. Paris: PUF.
- Lagache, D. (1979). *Œuvres complètes* (t. II). Paris: PUF.
- Lagache, D. (1980). *Œuvres complètes* (t. III). Paris: PUF.
- Laplanche, J. (1979). A propos d'une enquête sur 'l'enseignement de la psychanalyse. *Psychanalyse à l'Université*, 4, 349-352.
- Laplanche, J. (1981). La situation psychanalytique: le descriptif et le prescriptif. *Psychanalyse à l'Université*, 6(24), 557-633.
- Laplanche, J. (1991). A l'Université. *Psychanalyse à l'Université*, 16(62), 3-4.
- Moreau-Ricaud, M. (1990). La psychanalyse à l'Université: histoire de la première chaire. Budapest, avril 1919-juillet 1919. *Psychanalyse à l'Université*, 15(60), 111-127.
- Nacht, S., Lebovici, S., & Diatkine, R. (1960). L'enseignement de la psychanalyse. *Revue Française de Psychanalyse*, XXIV, 225-240.
- Perrier, F. (1968). Sur la clinique, le transfert et le temps. *L'Inconscient*, 6, 3-29.
- Prévost, Cl.-M. (1969). A propos des origines de la psychologie clinique. *Bulletin de Psychologie*, 23, 119-124.
- Prévost, Cl.-M. (1973). *Janet, Freud et la psychologie clinique*. Paris: Payot.
- Prévost, Cl.-M. (1977). A propos d'un 'triangle' Bergson-Janet-Freud. *Psychanalyse à l'Université*, 2(7), 507-519.
- Revat d'Allonnes, C. (1977). Psychologie clinique II. *Psychanalyse à l'Université*, 2(8), 735-736.
- Roudinesco, E., & Plon, M. (1997). *Dictionnaire de la psychanalyse*. Paris: Fayard.
- Wallerstein, R. S. (1980). Doctorat en santé mentale: une création de l'Université de Californie. *Psychanalyse à l'Université*, 5(18), 343-364.

Notas

¹ “Segundo [Prévost], a psicologia clínica ('se nasceu na França') conheceu ali todo o tempo uma existência permeada pelo conflito: com a medicina de um lado, com a psicologia experimental de outro, ela acreditou encontrar sua salvação aproximando-se da psicanálise e oferecendo-lhe em troca um 'álibi universitário'” (Aguiar, 2000, p. 218).

² Considero o *I Encontro de Pesquisa Acadêmica em Psicanálise* (promovido pelo Núcleo de Estudos de Psicanálise do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP, em novembro de 1991 um divisor de águas nas discussões no Brasil sobre o tema. Sublinha-se já então que “cada vez mais, a Psicanálise se vê convocada como objeto ou como instrumento de pesquisa universitária” (Mezan, 1993, p. 7). A este encontro seguiu-se um segundo, ambos registrados em atas, publicadas em 1994 nos dois primeiros números da revista *Psicanálise e Universidade*. Verifica-se ainda que em sua maior parte a bibliografia concernente apareceu após aquela data – a destacar, o trabalho continuado e já tão substantivo do professor e psicanalista Renato Mezan, da PUC de São Paulo.

³ A idéia de “psicanálise aplicada” remonta aos primeiros tempos da psicanálise e à Sociedade Psicológica das Quartas-feiras, tem um caráter de divulgação e deve provar, como quer Mezan (1994), que as “forças, que segundo a psicanálise animam toda e qualquer produção mental, individual ou coletiva, podem ser detectadas não apenas na situação clínica, mas ainda nas produções secundarizadas” (pp. 67-68). Para Roudinesco & Plon (1997) a expressão caracteriza “o desenvolvimento de idéias que dizem respeito a domínios exteriores ao estudo do funcionamento psíquico, como a criação literária ou artística” (p. 828). Seriam “exercícios de interpretação” os mais diversos: por exemplo, a psicobiografia – interpretação das obras em função da vida do autor; psicocrítica – interpretação psicanalítica dos textos; psichistória – interpretação da história com a ajuda da psicanálise. Se, conforme Binswanger, Freud via a psicanálise como uma ciência total, aplicando-a à religião, à história e à arte, de sua parte, Lacan (sempre de acordo com Roudinesco & Plon, 1997) afirmava que “no sentido próprio, a psicanálise na verdade não se aplica senão como tratamento, e logo a um sujeito que fala e que ouve”, com isso querendo dizer que “qualquer outra forma de aplicação o seria apenas no sentido figurado, isto é, imaginário, fundada sobre o analógico e, como tal, sem eficácia” (p. 828). Talvez por isso a expressão, utilizada de maneira corrente no mundo anglofônico, seja rejeitada na comunidade psicanalítica francesa.

⁴ Mezan (1994), declinando tipos de pesquisa em psicanálise (com material clínico; psicanálise aplicada; histórico-conceitual), descreve o terceiro como sendo a “à moda de Laplanche ou à moda do que costume chamar de freudologia. Ela é mais exemplificada em cursos que dão à teoria psicanalítica um papel de maior relevo do que nós aqui na PUC. É o caso do mestrado do Rio [UFRJ], por exemplo, que é

um mestrado em teoria psicanalítica, e onde os trabalhos são evidentemente trabalhos em teoria psicanalítica” (p. 69).

⁵ Anzieu publicou 28 artigos e *Nouvelle Revue de Psychanalyse – em Psychanalyse à l’Université*, ele o fez apenas no seu início: *Une cité psychanalytique*, em 1976 (nº 5) e, mais de dez anos depois: *Influence comparée de la langue et de la culture françaises et germaniques sur l’auto-analyse de Freud*, em 1987 (nº 48) e *Lecture des Œuvres de Daniel Lagache*, em 1988 (nº 49).

⁶ Muito depois, em 1996, e em entrevista concedida a Berlinck e Seincman (1997), Fédida denunciaria “essa ilusão de interdisciplinaridade, que enfraquece os modelos internos da psicanálise, com a única pretensa vantagem de que vai ser possível fazer trocas com os outros. É preciso então ser mais psicanalistas. E pedimos, neste momento, aos nossos colegas, que sejam curiosos, abertos. E quando falarmos com eles, certamente falaremos uma linguagem que possam compreender, mas sem concessão com relação ao que se é em sua própria prática clínico-teórica” (p. 62).

⁷ Vinte anos depois, Roudinesco (2000) registraria: “O acesso à profissão [de psicanalista] através da medicina, da psiquiatria, da filosofia ou dos estudos literários está em franca regressão em prol [...] da psicologia [...]. Apesar de todas as dificuldades com que se vê confrontada, essa [nova] geração aspira a uma renovação do freudismo. Mais próximos que os mais velhos da miséria social, com a qual se deparam em campo, os jovens são também mais pragmáticos, mais diretos, mais humanistas, mais sensíveis a todas as formas de exclusão e mais exigentes em suas escolhas éticas. Orientados por seus estudos para a psicologia clínica, eles fizeram o luto de uma época passada em que a figura do mestre ainda encarnava os ideais de um freudismo subversivo e elitista. Por isso, desligaram-se das paixões conflituosas que marcaram o período anterior. Menos teóricos e mais clínicos, manifestam uma abertura maior para todas as formas de psicoterapia, muito embora adotem a psicanálise como modelo de referência, mas sem se submeterem à autoridade de uma escola [...], que nunca poderá substituir a perda do ideal do mestre. Daí o risco de um ecletismo que pode conduzir, se não tomarmos cuidado, a uma pasteurização do rigor teórico – e, mais ainda, a um esquecimento do universalismo freudiano” (p. 162).

⁸ A informação é de Anzieu, em 1979. Mas, na reunião científica promovida um ano antes pelo Laboratório de Psicanálise e de Psicopatologia, também é mencionado o fato de que a U.E.R. Ciências Humanas Clínicas, “criada em 1968 com o objetivo principal de assegurar uma formação teórica e clínica adaptada à inserção profissional dos psicólogos, [...] viu seus efetivos passarem dos 120 estudantes previstos [...] para 3000 atualmente, apesar da existência de uma severa restrição na entrada. Essa avalanche estende-se aliás às outras U.E.R. de Psicologia, já que mesmo aquelas de vocação essencialmente experimental foram compelidas a reservar uma parte cada vez maior aos ensinamentos clínicos, para os quais se dirigem a maioria dos estudantes” (Mellor-Picaut, 1979, p. 361).

⁹ Com a expressão “Psicanálise *dentro* da Universidade”, quero aqui significar o momento em que a disciplina fundada por Freud é convocada, na universidade, como objeto e instrumento de pesquisa, em contraposição a “Psicanálise *na* Universidade”, quando sua implicação acadêmica restringe-se ao ensino.

¹⁰ Por erro de interpretação ou problemas de comunicação, de que sou o único responsável, essa bibliografia ampliada não foi publicada no artigo anterior (Aguiar, 2000), como anunciado – este é então o bom momento de fazê-lo. À essa coleta bibliográfica, vale ainda acrescentar o *Bulletin de Psychologie*, nº especial *Psychologie clinique*, XXIII, 1969-1970, 273-280, o *Bulletin de Psychologie*, nº especial *Psychologie sociale clinique et Psychanalyse*, 1974 e o *Bulletin de Psychologie*, nº especial, *Psychologie clinique*, II, 1976; bem como a comunicação de J. Guillaumin, *Psychologie clinique et psychanalyse: l’Avenir d’une désillusion*, no colóquio *Psychologie clinique et Psychanalyse*, organizado pela *Société de Psychologie du Sud Est (à paraître*, segundo Gagey, Gori & Miollan, em 1983).

Fernando Aguiar, doutor em Filosofia pela Université Catholique de Louvain (Bélgica), é professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, SC.

Endereço para correspondência:

Departamento de Psicologia - CFH – UFSC, Campus Universitário, Trindade, 88049-970, Florianópolis, SC. Telefone: (48)331.9283 (Secretaria); Telefone/Fax: (48)331.9984 (Pós- Graduação). E-mail: fabs@cfh.ufsc.br.